



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2026 Processo Administrativo de Licitação nº 048/2026

Órgão Contratante: Secretaria Municipal de Educação.

Objeto: Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de transporte escolar rural contínuo dos alunos da educação básica, da rede municipal de ensino do município de Lagoa Formosa, no 2º semestre do ano de 2026 e dos anos de 2027 e 2028.

Valor Estimado: R\$ 4.083.016,63 (quatro milhões oitenta e três mil dezesseis reais e sessenta e três centavos).

Data e Horário de abertura da sessão pública: Dia 01 de julho de 2026, Abertura às 08:00 horas.

Sítio Eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br/login>

Critério de Julgamento: Menor valor unitário.

Modo de Disputa: Aberto.

Licitação Exclusiva para ME/EPP e equiparadas: Não.

Dotação Orçamentária: Fichas: 150, 151 / Fonte: 500 / CO: 1001.

O Município de Lagoa Formosa/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.078/0001-41, torna público a todos os interessados que será realizada licitação, dia 01 de julho de 2026, às 08:00 horas, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio do setor de Licitações, através do Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 0162/2026 de 23 de março de 2026, nos termos da Lei federal nº 14.133/21, Decretos Municipais 737/2023 e 791/2023 e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de transporte escolar rural contínuo dos alunos da educação básica, da rede municipal de ensino do município de Lagoa Formosa, no 2º semestre do ano de 2026 e dos anos de 2027 e 2028.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme descrito na tabela constante do termo de referência.

1.3. Qualquer divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema e as constantes deste edital, do termo de referência ou dos demais anexos, prevalecerão as últimas.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes interessados que estiverem previamente credenciados no sistema.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação os interessados que se enquadrem em alguma das hipóteses previstas no art. 14 da Lei federal nº 14.133/21.

2.6. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

2.6.1. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no processo em tela.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá **após** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante preencherá as declarações pertinentes.



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

3.4. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei federal nº 14.133/21 e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do serviço ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **será aquele cadastrado no Licitanet e de acordo com o item.**

5.6. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme definido na capa deste Edital.

5.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após a comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.9. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei federal nº 14.133/21.

5.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a negociação com o licitante provisoriamente vencedor.

5.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.13. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.14. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. FASE DE JULGAMENTO



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

6.1. Encerrada a etapa de negociação, será aberto o prazo de 10 minutos para recursos no que tange às propostas e lances apresentados pelos participantes.

6.2. Após o prazo para manifestação de intenção de recurso, o pregoeiro abrirá o prazo de 02 horas para que os (as) licitantes, provisoriamente classificados (as) em primeiro lugar de cada item, apresentem a proposta adequada ao preço final ofertado nos termos do edital, bem como os documentos habilitatórios exigidos no Termo de Referência;

6.3. Apresentados os documentos relativos à proposta final e à habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei federal nº 14.133/21 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, não estando o licitante com entraves à participação de processos licitatórios, será iniciada a conferência dos documentos de habilitação, bem como quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.4.1 Nos termos do art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o agente de contratação poderá realizar diligências destinadas a esclarecer dúvidas, inclusive mediante consulta ao setor demandante e ao setor jurídico, sempre que necessário para complementação de informações acerca da documentação já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, bem como atualização de certidões cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.4.2. No entanto, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos que não tenham sido enviados conforme as exigências previstas no **Item 12** do Termo de Referência. A complementação documental será admitida apenas para elucidar informações já apresentadas, não sendo permitida a inclusão de novos documentos que não tenham sido previamente encaminhados dentro do prazo estabelecido.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que contiver vícios insanáveis; não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, no **item 12** são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133/21.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.4. Os documentos exigidos para habilitação estão referenciados no Item 12 do Termo de Referência, anexo a este edital e deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, aberto para envio da proposta final e documentos de habilitação, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro, sendo tal solicitação antes do fim do prazo inicialmente estabelecido.

7.5. A verificação da habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta e documentos do (a) licitante classificada subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta e documentos que atendam ao presente edital.

7.7. A comissão de licitações poderá abrir diligência para verificar a autenticidade das informações das propostas e/ou documentos de habilitação, bem como analisar a possível solicitação de documentação complementar daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. RECURSOS



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto nos artigos 165 e seguintes da Lei federal nº 14.133/21.

8.2. O certame contará com duas fases para interposição de recursos, sendo aberto o prazo de 10 (dez) minutos em cada fase, para a devida manifestação, sendo tais fases:

a) Após a etapa de negociação de preços e ordem de classificação dos valores (art. 165, I, “a” e “b” da Lei 14.133/2021);

b) Após a decisão de habilitação da empresa melhor classificada (art. 165, I, “c”).

8.3. Passada a fase de cada recurso, haverá a preclusão do direito de interposição acerca de cada matéria específica, nos termos do artigo art. 165, 1º, I da Lei 14.133/2021.

8.4. Os recursos terão apreciação única, após a segunda fase de interposição de recursos, respeitado o prazo de 3 (três) dias úteis para razões e prazo igual para contrarrazões e prazo de 10 (dias) úteis para decisão final por parte da Administração.

8.5. Em caso de anulação ou revogação da licitação e extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração, será observado o prazo para manifestação de recurso após tais atos.

8.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O licitante que, nos termos do art. 155 da Lei federal nº 14.133/21, cometer infrações estará sujeito às penalidades previstas.

9.2. Com fulcro nos artigos 156 e seguintes da Lei federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente na plataforma licitanet.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

11.1. Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal (Decreto nº 737/2023).

12. DA ENTREGA DO OBJETO

12.1. A forma de execução do objeto encontra-se regulada no Termo de Referência, anexo deste edital.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, anexo deste edital.

14. DA VIGÊNCIA

14.1. Considerando que os serviços solicitados têm natureza contínua, não podendo ser interrompidos sob pena de causar prejuízos ao Município, com base na Lei 14.133/21, o prazo de execução contratual será de 30 (trinta) meses, contados da data de recebimento da Ordem de Serviços pela (s) CONTRATADA (S), podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes de acordo com a Lei 14.133/21.

14.2. O contratado terá o prazo de 10 dias a contar do envio do contrato para prover sua assinatura.



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

14.3. Fica vedada a subcontratação, exceto em caso indicado.

14.4. Não será permitido consórcio.

14.5. Em caso de eventual prorrogação do prazo contratual, será usado o índice INPC para reajustamento dos preços.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

16. DOS ANEXOS

16.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo Proposta de Preços;

ANEXO III - Declaração Conjunta;

ANEXO IV - Declaração de condição de ME, EPP ou equiparadas;

ANEXO V - Minuta do contrato.

Lagoa Formosa, 12 de junho de 2026

José Wilson Amorim
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Pregão Eletrônico nº 017/2026
Processo Administrativo nº 048/2026
Base Legal: Lei Federal nº 14.133/21
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. DO OBJETO: Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de transporte escolar rural contínuo dos alunos da educação básica, da rede municipal de ensino do município de Lagoa Formosa, no 2º semestre do ano de 2026 e dos anos de 2027 e 2028, de acordo com a linha e itinerário estabelecidos por esta secretaria.

1.2. DAS LINHAS, VALORES E QUANTIDADES:

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	LINHA CANJERANA A LAGOA FORMOSA: Fazenda Ebinha do Nego Doido - Fazenda Denis do Nego Doido - Fazenda do Elvis Abóbora - Fazenda Newton do Braz - Fazenda do João de Deus - Fazenda do Adauto - Fazenda do Wilson Fonseca - Fazenda do Devanildo - Fazenda do Mem - Fazenda Evandro do Zé Dedé - Lagoa formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 75,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 16 Tipo de veículo: Van	KM	37172,20	R\$ 7,91	R\$ 294.032,10
2	LINHA SUMARÉ A LAGOA FORMOSA: Fazenda Celso do Mané Gonçalves - entrada da Canjerana - Fazenda do Eduardo - Ponto da Nana - Fazenda Maré Mansa - Fazenda Divino da Badia - Fazenda Paulinho do Zé Pão – Fazenda Transmilênio - Fazenda Maria do Elci - Chácara do Livin - Ponto do Bete - Ponto da Carvoeira - entrada do pesque e pague - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 110,6 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	54525,80	R\$ 7,28	R\$ 396.947,82
3	LINHA PONTAL A MONJOLINHO: Fazenda Dr. Marcos – Fazenda Marcos do Joaquim Lucas - Fazenda Eudésio - Fazenda do Antônio Calisto - entrada Fazenda do Fabim / Fazenda Antônio Cassiano - Fazenda Nelsão - Venda do Zé Caetano - Fazenda Gustavo - Monjolinho de Minas passando pelas 2 escolas. Quilometragem /dia: 69,6 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino	KM	34312,80	R\$ 9,90	R\$ 339.696,72



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus				
4	LINHA CAPÃO DAS CANOAS A LAGOA FORMOSA: Fazenda Pedro Simão - Fazenda Nego do Vivi - Fazenda Batista do Nego - Fazenda Nenenzinho - Fazenda Dair Catarina - Fazenda Vivaldo do Criolo - Fazenda Amarildo - Ponto do Grilo - Fazenda do Ademir Abedias - Ponto do Omar - Ponto do Alaor - Fazenda Pedro Culica – Fazenda Júnio do Dão Adolfo - entrada Fazenda São Francisco - entrada da Fazenda Mirim do Zeca - Capela do Sinhá - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 90,2 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	44468,60	R\$ 7,90	R\$ 351.301,94
5	LINHA SERALHA A LAGOA FORMOSA: Fazenda do Gilmar - Fazenda Bartinho - Fazenda Bastião do Tõe Rita - Fazenda Erasmo - Fazenda Dirceu Coronha - Fazenda Xará Magalhães - Fazenda Paulinho da Izaura - Fazenda do Zé Divino - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 65 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	32045,00	R\$ 9,63	R\$ 308.593,35
6	LINHA JUREMA A MONJOLINHO: Fazenda do Paulo - Fazenda Didi - Fazenda Téli - venda Geraldo Linhares - Fazenda Jean - Fazenda Aécio - Fazenda Tiago - Fazenda Toenzinho do Zé Juca - entrada da Fazenda Leilo do Santarém/ - Bar do Índio – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem/dia: 58,2 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	28692,60	R\$ 11,45	R\$ 328.530,27
7	LINHA ZE DOIDÃO A MONJOLINHO: Fazenda Roberto Moreira - Fazenda Lazinho - Fazenda André - entrada Fazenda do Cezinha - Fazenda Rodrigo - Fazenda do Zé Ferreira - antigo Pesque Pague GG - entrada da Fazenda Celso Pinheiro - Fazenda Zacarias Coelho - Grupo da Cabeceira - Fazenda do Zé Adão - Fazenda do João da Nita – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas.	KM	31108,30	R\$ 9,66	R\$ 300.506,18



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Quilometragem /dia: 63,2 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus				
8	LINHA 3 PONTES - BAÚ DE BAIXO - MONJOLINHO: Fazenda 3 Pontes - Fazenda Zé Renato - Fazenda do Élcio - Fazenda Osni - Fazenda do Romero - Fazenda Tõe do Nelson - Fazenda Cleitinho - Fazenda Leonardo – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 60,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 15 Tipo de veículo: Kombi ou Van	KM	29777,20	R\$ 11,35	R\$ 337.971,22
9	LINHA MATA BURROS DOS FONSECA A LAGOA FORMOSA: Fazenda do Ronaldo Eugênio - Fazenda da Evellyn - Fazenda da Lívia - Fazenda do Baixinho - Fazenda do Marmita - morro dos tomates - Fazenda do João Pitanga - Fazenda do Tote - Fazenda do Mem - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem /dia: 71,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	35200,20	R\$ 7,90	R\$ 278.081,58
10	LINHA APARECIDO CAETANO A MONJOLINHO: entrada da Fazenda Geraldo Jovino - entrada da Fazenda Ademar Jovino - entrada da Fazenda Zé Marieta - entrada da Fazenda Zé Neném - entrada da Fazenda Gerso do Gasparzinho - Fazenda Pelé - Fazenda Adão da Folia - entrada da Fazenda Paulinho do Zé Magalhães – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 37,9 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 09 Tipo de veículo: Kombi ou Van	KM	18684,70	R\$ 12,79	R\$ 238.977,31
11	LINHA GENGIBRE A MONJOLINHO: Fazenda Marcio do Adão Pinheiro - Fazenda Leôncio Cabrito - Fazenda Sabiá - Fazenda Fabinho - Fazenda Pedro Maciel - Fazenda José Oscar - Fazenda Arnaldo Duca - Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas.	KM	18536,80	R\$ 12,57	R\$ 233.007,58



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Quilometragem /dia: 37,6 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus				
12	LINHA CAMPO ALEGRE A LAGOA FORMOSA: Fazenda Clênio do Valdison - entrada da Fazenda Arco Iris - entrada da Fazenda Deco - entrada da Fazenda Elcio Mãozinha - Entrada da Fazenda do Tõezinho - entrada da Fazenda Querência (Gê) - entrada da Fazenda Querência (André do Gê) - Fazenda Márcio do Vardo do Juca - Fazenda Líbio - Fazenda Capivara - entrada da Fazenda Kubu (Rodovia do Campo Alegre) - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem /dia: 72 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	35496,00	R\$ 8,90	R\$ 315.914,40
13	LINHA MAURI VICENTINHO A MONJOLINHO: Fazenda Mauri do Vicentinho - Fazenda Rodrigo do Mauri - Fazenda Dona Josefa - Fazenda Geraldo José - Fazenda Orlanda do Gino Estevão - Fazenda da Ricardina - Fazenda Júnio do Adélio Fonseca - entrada da Fazenda Adélio Fonseca - Fazenda Fabrício do Geraldo do Zé Duca - Fazenda do Zé Duca - Fazenda Mata-burros (Geraldo José) - entrada da Fazenda Zé do Mané João - entrada da Fazenda Jader - Fazenda Ivan do Abel Fernandes - Fazenda do Gercinão - Venda do Beco – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas Quilometragem /dia: 78,4 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	38651,20	R\$ 9,30	R\$ 359.456,16
Total: R\$ 4.083.016,63					

1.3 JUSTIFICATIVA PARA INVIABILIDADE DE DIVISÃO EM LOTES EXCLUSIVO PARA ME/EPP:

Apesar de o valor estimado das linhas de transporte escolar rural superar R\$ 80.000,00, não é possível reservar 25% do objeto para microempresas ou empresas de pequeno porte, uma vez que a divisão das rotas em sub-lotes se mostra técnica e economicamente inviável. Cada linha corresponde a um itinerário único e contínuo, não sendo possível fragmentar o transporte de alunos sem comprometer a eficiência, a segurança e a economicidade do serviço. A tentativa de separar grupos reduzidos de estudantes entre diferentes prestadores acarretaria duplicidade de veículos em trajetos semelhantes, aumento de custos e risco de descontinuidade do atendimento, especialmente em localidades com poucos alunos. Dessa forma, a contratação deve ser realizada por linha completa, conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o disposto nos arts. 49, Inciso III da Lei Complementar nº



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

123/2006, que autorizam a não divisão em lotes quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal (art. 208, VII), o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 54, VII) e a LDB (art. 4.º, VIII) - meta 17 do Capítulo do Ensino Fundamental do Plano Nacional de Educação, estabelecem a necessidade de atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, através da implementação de programas de transporte escolar gratuito. Entende-se por transporte escolar, o transporte de estudantes de um determinado ponto de origem, normalmente próximo de sua residência, à escola em que está matriculado, considerando o georreferenciamento, bem como o sentido inverso, da escola ao ponto de origem da viagem.

Diante da realidade que se vive, em que a desigualdade social muitas vezes dificulta a sua permanência do aluno na escola, o transporte escolar surge como fator essencial de acesso e permanência à educação.

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação oferta o transporte escolar de forma continuada e que a falta do mesmo causaria grandes prejuízos pedagógicos aos alunos moradores das zonas rural, onde o serviço é prestado, faz-se necessário a solicitação da contratação de empresa (s) para a prestação deste serviço, pois, em hipótese alguma, os alunos podem ficar sem a oferta do mesmo.

Com o intuito de garantir direito fundamental da criança e do adolescente em ofertar de forma continuada e gratuita o serviço de transporte escolar, oportunizando o acesso e a permanência do aluno à escola, conforme dispõe o Art. 11, inciso VI da Lei nº 14.862 de 27 de maio de 2024, e ainda atender as necessidades de Transporte Escolar dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal e Estadual do Município de Lagoa Formosa, como também aos professores e servidores que necessitam de transporte rural, pretende com esta contratação atender os alunos da rede pública da área rural e de risco que necessitam utilizar o transporte para serem conduzidos até as unidades escolares, bem como o retorno para suas residências. Necessário se faz à referida contratação, pois o Município não dispõe de veículos suficientes para executá-lo. Assim, torna-se necessária e imprescindível à contratação de empresa especializada no ramo, para atender essa demanda citada acima, conforme linhas pré-definidas pelo Setor de Transporte Escolar desta Secretaria.

O deslocamento dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal e estadual de ensino público, professores e servidores administrativos residentes na Zona Rural se darão no turno matutino e vespertino para as escolas situadas na Zona Urbana. O transporte abrange quaisquer escolas localizadas nas áreas de difícil acesso.

3. DA ESPECIFICIDADE DO OBJETO

3.1. Prestação de serviços de transporte escolar em atendimento a:

3.1.1. Alunos da Rede Pública Municipal – matriculados no Ensino Fundamental na zona rural do Município de Lagoa Formosa;

3.1.2. Alunos da Rede Pública Estadual – matriculados no Ensino Fundamental e Médio residentes na zona rural do Município de Lagoa Formosa;

3.1.3. Acompanhantes de Alunos - nos casos em que houver comprovada necessidade de acompanhamento, mediante justificativa e comprovação apresentada através de laudo médico, psicológico ou psiquiátrico, poderá haver inclusão de acompanhantes de alunos com deficiência física, sensorial ou mental, cabendo à Secretaria Municipal de Educação emitir a autorização ou convocação;

3.1.4. Alunos da Educação Infantil (1º e 2º períodos) – residentes na zona rural e matriculados nos Centros de Educação Infantil (municipais ou filantrópicos) e Escolas Municipais, sempre que possível respeitando os limites do Distrito em que residem;

3.1.5. O aluno usuário do serviço de transporte escolar ofertado pelo Município de Lagoa Formosa poderá se deslocar de 500 m até 1,0 Km do seu local de residência até o ponto de embarque determinado pela Secretaria Municipal de Educação;

3.1.6. Quando houver, no trajeto percorrido pelo aluno até o ponto de embarque, obstáculos físicos como rodovias, rios, fundos de vale ou outros que obrigam o aluno a utilizar trajeto alternativo mais longo, ou quando houver ausência de acessibilidade arquitetônica ao longo do trajeto e/ou barreiras impeditivas ao exercício do direito de ir e vir com independência e autonomia, a Secretaria Municipal de Educação,



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

juntamente com o ente Estadual, realizará avaliação do caso podendo ajustar a distância do local de residência até o ponto de embarque para menor de 500 m.

3.1.7. O transporte escolar será ofertado apenas da localidade de residência do aluno até a unidade escolar onde o mesmo esteja matriculado, não sendo permitida a utilização do serviço para outros destinos.

4. CRITÉRIOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1. O serviço objeto desta licitação será executado de acordo com a determinação da Secretaria Municipal de Educação, no transporte obrigatório de alunos das escolas municipais, devendo os veículos e seus condutores atender a legislação pertinente e às normas deste edital.

4.2. Os contratados somente poderão executar os serviços mediante autorização (Ordem de Serviço) emitida pelo setor encarregado de gerenciamento, sendo que quaisquer serviços aferidos sem autorização ou incompatível com a rota pré-estabelecida não serão consideradas pela contratante.

4.3. O contratado se obrigará a manter um número adequado de veículos, de acordo com a legislação pertinente, em perfeito estado de manutenção e funcionamento, condutores e outros funcionários necessários, de forma a não comprometer o perfeito andamento da execução dos serviços, não acarretar atrasos nos horários e não colocar em risco a integridade física dos estudantes transportados, como de rigor;

4.4. O horário de atendimento será de acordo com o horário de atividades da unidade escolar a ser atendida, considerando-se o percurso a ser executado;

4.5. Respeitados os critérios fixados no presente edital, os veículos atenderão a qualquer escola da rede municipal e estadual de ensino, conforme a conveniência administrativa da contratante;

4.6. Na ocorrência de quaisquer defeitos (mecânico, elétrico ou de ordem legal) que o veículo vier a apresentar, ou ainda, por quaisquer outros motivos que fique impossibilitado de trafegar, será providenciada, pelo contratado, a imediata substituição deste junto à Secretaria Municipal de Educação.

4.7. O planejamento, a coordenação, a fiscalização e a definição das rotas, para a correta prestação dos serviços ficarão a cargo da Secretaria de Educação;

4.8. Eventualmente, poder-se-á permitir a participação da contratada em assuntos inerentes ao planejamento e/ou coordenação, o que não caracterizará alteração contratual ou direito adquirido para quaisquer das partes;

4.9. A contratada deverá, em caráter eventual, disponibilizar veículos para atividades extra – turno, desde que previamente autorizadas pela Secretaria de Educação, inclusive aos sábados, domingos ou feriados, quando for o caso;

4.10. O contratado deverá manter os veículos em bom estado de conservação e higiene, bem como todos os equipamentos necessários à segurança dos mesmos e das pessoas transportadas.

4.11. O licitante que participará do processo licitatório deverá emitir declaração de que tem plenos conhecimentos da rota que ofertar proposta e que possui veículo adequado para a prestação dos serviços.

4.12. Os serviços serão inspecionados (qualitativa e quantitativamente) durante sua execução.

4.13. Os usuários poderão denunciar irregularidade na prestação dos serviços.

4.14. O veículo ora contratado, destina-se exclusivamente ao transporte de alunos e seus pertences escolares, não podendo transportar: pessoas, objetos e/ou cargas de qualquer natureza

4.15. Aos veículos a serem contratados, **poderão ser instalados** a qualquer momento em que vigorar o contrato, os serviços de rastreamento veicular, a critério da Administração Municipal, sendo esse serviço a transmissão e recepção de informações de telemetria, monitoramento e rastreamento veicular, utilizando tecnologia AVL (Vehicle Location, ou seja, Localização Automática de Veículos) baseada em GPRS e GSM (General Packet Radio Services, ou Serviços Gerais de Pacote por Rádio), ou similar, com sistema Localizador Automático de Veículos- AVL (rastreador de veículos), com todos os recursos necessários à sua completa operação, observando que este serviço em caso de ausência de sinal GPS deverá instantaneamente ativar o sistema de gravação em memória não volátil.

4.16. Os veículos deverão ser aprovados em vistoria para uso em transporte escolar em Instituição Técnica Licenciada (ITL) a cada 6 meses, assegurando as devidas condições documentais dos itens de segurança e documentos do veículo, assim como a segurança dos passageiros.

4.17. Serão aceitos veículos com, no máximo, 20 (vinte) anos de fabricação, contados a partir da data de sua fabricação, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.491, de 22 de maio de 2026. Os veículos que



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

não atenderem a esse requisito terão prazo até 19 de outubro de 2026 para adequação, sob pena de impedimento da prestação dos serviços após essa data.

5. ROTAS/LINHAS/ITINERÁRIOS

A identificação da rota, assim como a respectiva descrição consta no Item 1 deste Termo de Referência.

6. VEÍCULO

6.1. Deverão ser utilizados veículos, de acordo com a Lei 9.503/97-CTB (Código de Trânsito Brasileiro) que somente poderão circular nas vias com autorização emitida por órgão competente. Os tipos de veículos constam no Item 1 deste Termo de referência, variando conforme o número de alunos de cada rota.

6.2. O veículo deve possuir:

- Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros.
- Seguro contra acidentes.
- Registrador de velocidade (tacógrafo).
- Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.
- Autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.

7. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO NO QUANTITATIVO DE USUÁRIOS:

Considerando que o quantitativo de usuários especificado constitui apenas uma estimativa máxima, sendo o mesmo flexível, pois os alunos residentes na zona rural ou urbana frequentemente mudam de residência, o que acarreta inclusão ou exclusão de usuários e outras situações afins, havendo a necessidade de troca do veículo utilizado por outro de capacidade maior ou menor, deverão ser observados os procedimentos descritos neste Termo de Referência.

8. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO NO QUANTITATIVO DE QUILOMETRAGEM:

Considerando que a quilometragem especificada constitui apenas uma estimativa, sendo a mesma flexível, pois os alunos residentes na zona rural ou urbana frequentemente mudam de residência na mesma área ou para as proximidades dela, fato este que acarreta alterações em trajetos, exclusão, fusão ou inclusão de novos itinerários e outras situações afins, deverão ser observados os procedimentos descritos neste Termo de Referência.

9. NORMAS E EXIGÊNCIAS CONFORME GUIA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO FNDE – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O condutor, deve ter:

- Idade superior a 21 anos.
- Habilitação para dirigir veículos na categoria D.
- Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos.
- É preciso que esteja em dia com exame toxicológico, de amplo espectro de detecção
- Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar
- Possuir matrícula específica no Detran.
- Não ter cometido infrações graves ou gravíssimas, tampouco ser reincidente em infrações médias nos últimos doze meses.

10. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

- Manter afixados na parte interna do veículo e em local visível a todos os usuários o selo de vistoria contendo a data da vistoria e sua validade;
- Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do Município;
- Ficar a critério da Contratante, exigir a troca de veículos e/ou motoristas que não atenderem ao padrão dos serviços contratados;
- Cumprir os horários e itinerários fixados pelo Município;
- Iniciar os serviços após a assinatura do contrato;



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

- Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
- Submeter os veículos a vistorias técnicas determinadas pelo Município;
- Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- Em caso de acidente envolvendo o veículo contratado ou por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;
- Buscar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- Todas os alunos transportados devem estar com cintos de segurança;
- Deve ser respeitado o número máximo de passageiros permitido para o veículo;
- Proceder vistorias no veículo, diariamente, quanto aos seguintes itens:
 - Sistema de freios;
 - Sistema de embreagem;
 - Limpadores de para-brisas;
 - Funcionamento de cintos de segurança;
 - Calibragem e estado de conservação dos pneus;
 - Sistema elétrico;
 - Óleo do motor;
 - Ventilação ou ar condicionado;
 - Abastecimento.
- Periodicamente, devem ser efetuadas as revisões obrigatórias determinadas pelo fabricante dos veículos contratados.

11. EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS

Para a concretização do Termo Contratual, os licitantes classificados em primeiro lugar deverão apresentar toda a documentação exigida pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a homologação, para realização das vistorias.

11.1. Lista de Documentos

- 11.1.1. Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de todos os veículos, em nome da empresa ou licitante vencedora da licitação.** Caso o CRLV não esteja em nome da pessoa física/empresa vencedora do certame, também deverá ser apresentado o contrato de locação, arrendamento, Leasing ou equivalente, bem como uma Declaração de Permissão de Uso emitido pela empresa proprietária relativo ao exercício corrente. O veículo deverá estar registrado como veículo de passageiro de acordo com a Lei 9.503/97-CTB (Código de Trânsito Brasileiro).
- 11.1.2. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA em vigor (original e xerox);**
- 11.1.3. Seguro Obrigatório atualizado e válido - (original e xerox), se for o caso;**
- 11.1.4. Vistoria mecânica do veículo efetuada por empresa credenciada ao INMETRO/DENATRAN.** Validade da vistoria mecânica não podendo ser superior a 06 (seis) meses consecutivos, contados da data de realização da vistoria;
- 11.1.5. Certificado de cronotacógrafo;**
- 11.1.6. Apólice de Seguro contra acidentes** com cobertura de Morte Acidental, Invalidez Permanente Total e/ou Parcial por Acidente, Despesas Médicas e internações – Hospitalares e Odontológicas, Despesas com funeral.
- 11.1.7. Comprovante de quitação das parcelas de pagamento da Apólice de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais e Passageiros (APP) e de Responsabilidade Civil contra Terceiros (RCF-V).** Esse comprovante deverá ser apresentado mensalmente enquanto houver parcelas em aberto
- 11.1.8. Consulta Consolidada do Veículo emitido pelo DETRAN,** demonstrando a inexistência de débitos de IPVA, Seguro DPVAT e Licenciamento Anual, atualizada e válida.
- 11.1.9. Possuir autorização para o serviço de transporte escolar.**
- 11.1.10. Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria “D” ou “E” do condutor (proprietário) do veículo,** com inscrição no verso no campo Observação: “Hab. Escolar”;
- 11.1.11. RG e CPF;**
- 11.1.12. Comprovante de endereço atualizado,** emitido nos últimos 60 (sessenta) dias, ou declaração de domicílio de próprio punho, datada



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

11.1.13. Certidão de Prontuário do Condutor portador da CNH ou “print” da CNH (internet ou CIRETRAN) comprovando a inexistência de infrações gravíssimas, graves ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses

11.1.14. O condutor cuja a CNH tenha sido emitida em outra unidade da federação que não seja Minas Gerais, deverá apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e cassação de CNH emitida pelo Detran de Origem.

11.1.15. Apresentar certidão de verificação de antecedentes criminais em âmbito Estadual e Federal, devendo ser negativo

11.1.16. Fotocópia do exame toxicológico

11.1.17. Declaração de Motorista Autônomo (se for o caso). Documentos do monitor (se houver inclusão do mesmo):

- Fotocópia de documento de identificação onde comprove ser maior de 18(dezoito) anos;
- Certidão Negativa de Registro de Distribuição Criminal (antecedentes criminais ou Certidão Negativa de Registro de Distribuição Criminal (antecedentes criminais) emitida pelo fórum da Comarca da residência dos últimos 05 (cinco) anos;
- Certificado de conclusão de Curso Especializado de Monitores do Transporte Escolar.

12. FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133/21.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou sistema equivalente utilizado pelo Município.

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe ou sistema equivalente utilizado pelo Município, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas (02) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

A verificação da habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

Os licitantes deverão encaminhar, os seguintes documentos relacionados abaixo, para fins de habilitação:

12.1. PESSOA JURÍDICA

A. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou; Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br, ou;

- **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

B. Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90(Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

C. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

D. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

E. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

F. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

G. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

H. Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

I. Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação**, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

12.2. PESSOA FÍSICA

A. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

B. CNH – Mínimo Categoria “D” – CETE/Hab Escolar.

C. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

D. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

E. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com de negativa, nos do Título VII-A da Consolidação das Leis Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

G. Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação**, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

12.3. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS)

A. Declaração Conjunta;

B. Declaração de ME/EPP (se for o caso);

C. Declaração Formal de Pleno Conhecimento da Rota que ofertar proposta e que possuir veículo adequado para prestação do serviço;



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

D. Declaração Motorista Autônomo.

12.4. Para a pessoa jurídica, o objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas A deste item (6.7.2) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

12.5. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante;

12.6. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

12.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

12.8. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014; O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

12.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

12.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

12.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

12.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

12.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

12.15. As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

13. SOBRE A VISTORIA:

13.1. A vistoria nos veículos deverá ser executada pelo órgão competente, por agentes próprios ou por terceiros por ele designados e credenciados pelo INMETRO/DENATRAN;

13.2. Os equipamentos medidores tais como tacógrafos e velocímetros, deverão ser aferidos e lacrados pelo INMETRO.

13.3. Na hipótese de ocorrência de acidentes que comprometam a segurança do veículo, o permissionário, depois de reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em tráfego, deverá submetê-lo à outra vistoria, como condição imprescindível para sua liberação.

13.4. Não será permitida a troca de veículo proposto na licitação até a assinatura do contrato, exceto em caso de furto, roubo, acidente ou destruição total, comprovado através de Boletim de Ocorrência.

13.5. Neste caso, o outro veículo também deverá atender às exigências desta licitação, comprovadas através de processo administrativo (documentação e vistoria).

13.6. Completada (s) a (s) de cada licitante vencedor, a Secretaria Municipal de Educação solicitará a elaboração do **CONTRATO** co) vistoria m a respectiva licitante.

13.7. Caso o licitante almeje após a assinatura do contrato realizar a (s) troca (s) do (s) veículo (s), deverá solicitar à Secretaria Municipal de Educação.



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1.** Fiscalizar e acompanhar a execução da prestação dos serviços conforme Item 3 deste Termo de Referência, podendo suspendê-la, quando a mesma não estiver dentro das normas específicas;
- 14.2.** Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações através de notificação a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para correção de quaisquer irregularidades encontradas, prestando os esclarecimentos e informações sobre os desajustes ou problemas encontrados na execução dos serviços;
- 14.3.** Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais;
- 14.4.** Fornecer e rever os itinerários para a execução dos serviços sempre que necessário;
- 14.5.** Solicitar, sempre que preciso, o veículo contratado para vistorias e outras verificações que se façam necessárias;
- 14.6.** Responsabilizar-se pelas providências quanto as reclamações e sugestões de usuários, diretores, comunidade, motoristas e monitores;
- 14.7.** Efetuar o pagamento mensal à CONTRATADA no prazo ajustado, desde que cumpridas todas as exigências constantes na – Nas Condições de Pagamento;
- 14.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 14.9.** Observar para que acréscimo/supressão no objeto sejam de até 25% do serviço nos processos de otimização das rotas e/ou supressão de trechos, conforme prevê o art. 125 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 14.10.** Solicitar o acompanhamento da medição pelo Gestor de Contratos, por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, quando se fizer necessário;
- 14.11.** Garantir que o transporte escolar seja executado pela CONTRATADA na área pertencente ao limite do Município de Lagoa Formosa, com veículos específicos para transporte de escolares, obedecendo a lotação máxima do veículo;
- 14.12.** Garantir que os veículos utilizados sejam inspecionados semestralmente em órgão oficial do Município de Lagoa Formosa ou por indicação do mesmo para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- 14.13.** Recusar qualquer veículo apresentado pela CONTRATADA, independentemente do ano de fabricação, se na vistoria houver constatação de que o mesmo compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade dos serviços a que se destina e se não estiver de acordo com as condições técnicas exigidas e com o projeto de execução apresentado;
- 14.14.** Solicitar os serviços conforme o Calendário Escolar ou necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação;
- 14.15.** Comunicar oficialmente a CONTRATADA, com antecedência de até 07 (sete) dias corridos, da possível suspensão da prestação dos serviços no período de recesso das unidades escolares;
- 14.16.** Comunicar oficialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, as suspensões de aulas/expediente, para que não haja prejuízos a CONTRATADA;
- 14.17.** Autorizar as inclusões e as exclusões de usuários no serviço de transporte escolar, sendo que, no caso de indisponibilidade de vaga, a autorização para utilização do transporte estará condicionada a formalização de TERMO ADITIVO AO CONTRATO, vez que a capacidade máxima de lotação do veículo ficará extrapolada;
- 14.18.** Orientar a CONTRATADA quanto ao fornecimento de dados cadastrais e/ou de pesquisa, conforme suas necessidades.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Gerais:

- a)** É de responsabilidade da Contratada qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal do Município ou de terceiros, por funcionários ou pertences da CONTRATADA ou seus prepostos, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes.
- b)** Fornecer por sua exclusiva conta, todo material, equipamentos, acessórios e mão de obra que se façam necessários para a execução do objeto.
- c)** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação técnica, social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

d) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.

e) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

15.2. Das específicas:

15.2.1. Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos escolares, conforme estabelecido neste contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia na sua prestação;

15.2.2. Manter a prestação obrigatória dos serviços contratados durante a totalidade dos dias letivos previstos no Calendário Escolar e alterações informadas pela Secretaria Municipal de Educação;

15.2.3. Responsabilizar e realizar o transporte escolar apenas e tão somente em atendimento a clientela e aos casos descritos no Item 2;

15.2.4. Não permitir embarque de usuário sem autorização da Coordenação do Transporte Escolar, mesmo que a pedido da direção da unidade escolar;

15.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;

15.2.6. Tratar com respeito e urbanidade os escolares, os agentes de fiscalização da CONTRATANTE e outros agentes relacionados com o mapeamento das rotas de transporte escolar;

15.2.7. Não permitir o embarque e desembarque dos usuários fora dos locais e horários predeterminados, isentando a CONTRATADA de qualquer custo excedente;

15.2.8. Obedecer aos horários de chegada e partida;

15.2.9. Realizar o percurso de forma que o usuário chegue à escola de destino no mínimo 10 (dez) minutos antes do horário definido para o início das aulas, em cada turno diário;

15.2.10. Fica expressamente proibida de transportar terceiros, bem como objetos, utensílios, animais, entre outros, sob pena de aplicação de penalidades;

15.2.11. Assumir total e exclusiva responsabilidade pelos pagamentos dos tributos de qualquer natureza, taxas, salários de funcionários, contribuições sindicais de funcionários, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária, indenizatória, comercial e qualquer outro que possa incidir em decorrência da execução dos serviços, inclusive despesas com combustível e manutenção;

15.2.12. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte escolar, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos, bem como, apresentar os documentos solicitados;

15.2.13. Viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução dos serviços;

15.2.1. Cumprir rigorosamente o itinerário contratado, salvo em casos de impedimento da via, justificando posteriormente o motivo do desvio;

15.2.1. Manter os serviços em funcionamento, substituindo o veículo titular por outro com as mesmas características, nas mesmas condições e requisitos determinado pela Contratante, com anuência da Secretaria Municipal de Educação, podendo a mesma autorizar ou vetar o veículo;

15.2.1. Ter pleno conhecimento do trajeto, das condições das vias, dos pontos de embarque e desembarque dos alunos;

15.2.1. Comunicar imediatamente quaisquer ocorrências que possam prejudicar ou dificultar a execução do transporte escolar;

15.2.1. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, a necessidade de substituição do condutor ou do veículo, não sendo permitida a execução do contrato de forma diferente do contrato sem a devida comunicação e justificativa antecipada;

15.2.1. Em caso de substituição do motorista, do monitor e do veículo, somente deverá ser feito por profissionais que atendam a todos os requisitos previstos e necessários;

15.2.1. Fornecer dados e informações para os sistemas de informações de gestão, sejam eles municipais, estaduais ou federais, sob forma de pesquisa eventual ou de cadastro sistemático;

15.2.1. Realizar o transporte escolar somente de alunos autorizados e informados pela CONTRATANTE (Coordenação de Transporte Escolar);

15.2.1. Não permitir acréscimo ou exclusão de usuário a pedido da direção da unidade escolar;



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

15.2.1. Transportar o usuário sentado dentro do veículo, não sendo admitido, em hipótese alguma, usuários em pé;

15.2.1. Executar a prestação de serviços de acordo com o descrito neste Termo de Referência, sendo que nos casos de modificação ou alteração na execução, para fins de pagamento, as alterações serão considerados apenas após formalização de TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO;

15.2.1. Garantir que o transporte escolar seja executado na área pertencente ao limite do Município de Lagoa Formosa, com veículos específicos para transporte de escolares, obedecendo à lotação máxima do veículo;

15.2.1. Garantir que os alunos não tenham prejuízos pedagógicos, em específico a não oferta do transporte escolar, adotando as providências necessárias descritas neste Termo de Referência conforme for o caso;

15.2.1. Realizar as trocas de veículos somente nos casos e condições descritos neste Termo de Referência;

15.2.1. Responsabilizar-se pelas inspeções semestrais dos veículos nos termos do Artigo 136, da Lei 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, comprometendo-se a sanar as irregularidades, caso surjam, no prazo estipulado pelo órgão competente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis (art. 230 do CTB), encaminhando cópia à Coordenação de Transporte Escolar;

15.2.1. Realizar a substituição ou troca de qualquer veículo se na vistoria ou execução do serviço houver constatação de que o mesmo compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade dos serviços a que se destina e se não estiver de acordo com as condições técnicas exigidas e com o projeto de execução apresentado;

15.2.1. Zelar para que os veículos estejam em perfeitas condições, observando as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de serviços de transporte escolar, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro;

15.2.1. Zelar pelas condições de higiene e limpeza dos veículos de transporte escolar, não permitindo o acúmulo de poeira ou sujeira;

15.2.1. A CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas:

- a) Zelar para que o motorista esteja devidamente trajado, asseado e de forma apresentável à plena execução do serviço;
- b) Orientar o motorista a denunciar eventuais casos de bullying que porventura estejam ocorrendo no período de execução do transporte escolar;
- c) Orientar Motorista a comunicar à CONTRATANTE qualquer tipo de ocorrência na execução dos serviços;
- d) Orientar Motorista a dar atendimento adequado, bem como, auxílio aos alunos possuidores de necessidades especiais.

15.3. DO MOTORISTA / CONDUTOR DE VEÍCULO

15.3.1. Ao Motorista / condutor ficam expressamente proibidas as seguintes condutas na execução do serviço:

- a) Portar armas de qualquer espécie;
- b) Manter atitudes inconvenientes no trato com os usuários;
- c) Recusar-se a acatar às determinações emanadas da fiscalização do órgão contratante;
- d) Em hipótese alguma poderá descer do veículo deixando o motor ligado;
- e) Fumar ou permitir que qualquer pessoa o faça no interior do veículo;
- f) Executar a atividade de venda em benefício próprio;
- g) Afixar nos veículos quaisquer tipos de faixas, cartazes, adesivos ou outro meio que caracterize “propaganda”;
- h) Permitir a atividade de vendedores ambulantes no interior do veículo;
- i) Apresentar-se em serviço alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica;
- j) Executar transporte de passageiros não autorizados pela CONTRATANTE, caracterizando “carona”;
- k) Executar transporte de terceiros, bem como objetos, utensílios, animais, entre outros, sob pena de aplicação de penalidades;
- l) Estacionar o veículo fora dos locais determinados, bem como permitir o embarque e desembarque de alunos fora dos locais predeterminados, exceto em circunstâncias emergenciais;



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

- m) Transportar crianças menores de 10 (dez) anos em banco dianteiro (art. 64 do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução do CONTRAN n.º 15/98);
- n) Manter qualquer forma de relacionamento individual com os usuários, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem decorrentes da prestação dos serviços;
- o) Transitar ou permanecer dentro das dependências das unidades escolares sem a devida necessidade, justificativa, conhecimento e autorização da direção ou outro servidor responsável pela unidade;

15.3.2. Constituem obrigações do condutor do veículo:

- a) Respeitar as normas e determinações disciplinares e colaborar com a fiscalização da entidade gestora;
- b) Conduzir-se com atenção e urbanidade;
- c) Prestar informações e atender reclamações dos usuários;
- d) Prestar socorro aos usuários, em caso de acidente ou mal súbito;
- e) Diligenciar na obtenção de transporte para os usuários, em caso de interrupção de viagem;
- f) Facilitar o embarque e desembarque dos passageiros, em especial, crianças e portadores de necessidades especiais;
- g) Cumprir e orientar a proibição de fumar no interior dos veículos;
- h) Manter a ordem no interior do veículo;
- i) Preencher corretamente os documentos solicitados pela contratante;
- j) Comunicar à Secretaria Municipal de Educação / Coordenação de Transporte Escolar, ou a Direção da escola todo e qualquer ato de indisciplina causado pelos alunos;
- k) Ter pleno conhecimento dos itinerários das linhas a serem percorridas;
- l) Respeitar os horários, itinerários e pontos de parada;
- m) Dirigir o veículo de modo a propiciar segurança e conforto ao usuário;
- n) Manter velocidade compatível com o estado das vias, respeitando os limites legais;
- o) Evitar freadas ou arrancadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;
- p) Fechar as portas antes de colocar o veículo em movimento;
- q) Conversar com os alunos (a) somente o estritamente necessário;
- r) Somente abastecer o veículo quando estiver fora de períodos de execução;
- s) Substituir o veículo quando ocorrer indício de defeito mecânico que possa comprometer a segurança de usuários ou de terceiros;
- t) Embarcar e desembarcar os usuários somente nos pontos estabelecidos.

16. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Considerando que os serviços solicitados têm natureza contínua, não podendo ser interrompidos sob pena de causar prejuízos ao Município, com base na Lei 14.133/21, o prazo de execução contratual será de 30 (trinta) meses, contados da data de recebimento da Ordem de Serviços pela (s) CONTRATADA (S), podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes de acordo com a Lei 14.133/21.

17. DAS PENALIDADES

17.1. A CONTRATANTE deverá informar à Coordenação de Licitações e Contratos sobre as ocorrências identificadas, considerando as obrigações contratuais, a fim de que esta tome as devidas providências contratuais;

17.2. No caso de ocorrências na execução deste Contrato, ou ainda de inexecução total ou parcial do mesmo, o CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à (s) CONTRATADA (S) as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021;

17.3. A CONTRATADA ficará isenta das penalidades quando comprovado impedimento e ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificado e aceito pela Administração Pública. Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA inadimplente às demais sanções previstas nos Art. 156 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais alterações;

17.4. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentada e dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021.

19.3. O Coordenador do Transporte Escolar anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19.4. A fiscalização do contrato do objeto a ser licitado ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação. **Gestor: Ilma Aparecida Marques / Fiscal: Caio Pinheiro de Magalhães.**

20. DO PAGAMENTO

20.1. O valor do pagamento será calculado, multiplicando-se o valor do quilômetro rodado pelo número de quilômetros pago por linha, multiplicando-se o produto deste, pelo número de dias efetivamente trabalhados.

20.2. Entre a data do faturamento e a data do efetivo pagamento, desde que dentro dos prazos citados no presente edital, não haverá compensações financeiras, ou seja, o valor do faturamento permanecerá fixo até o seu pagamento;

20.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia.

20.4. Somente serão efetuados os pagamentos com as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato; no caso de pessoas física, apresentar o nome do Banco, código da Agência e número da Conta Corrente para efeito de pagamento;

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação do índice do INPC. O cálculo será realizado imediatamente após a divulgação do índice do INPC referente aos 12 (doze) últimos meses e os pagamentos serão compensados.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

21.6. Índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O preço por quilômetro rodado será reajustado anualmente de acordo com o índice IPC da tabela FIPE categoria transporte, conforme dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021. O reequilíbrio econômico financeiro da prestação dos serviços desta licitação será analisado e processado em conformidade com



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

a Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

I. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

II. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

III. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

IV. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual para a prestação de serviços, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As despesas decorrentes com a prestação dos serviços, objeto desta licitação, correrão no exercício de 2026, 2027 e 2028 à conta das seguintes dotações orçamentárias: **Fichas: 150, 151 / Fonte: 500 / CO: 1001.**

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedoros do Município de Lagoa Formosa/MG, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, **o ADJUDICATÁRIO que:**

24.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

24.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

24.1.3. Não mantiver a proposta;

24.1.4. Falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

24.2. Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

24.3. Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 115 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

24.3.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

24.3.2. 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

24.3.3. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

24.3.4. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

24.3.5. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

24.3.6. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

25. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço por item (menor preço por quilômetro rodado), desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste termo e posteriormente no Edital e seus anexos.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

Lagoa Formosa, 09 de junho de 2026.

Carlos Ferreira Braga
Coordenador de Transporte

Ilma Aparecida Marques
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

Razão Social do Licitante:

CPF/CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone:

E-mail:

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS:

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Endereço:

Identidade:

Órgão expedidor:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

E-mail:

Tel.:

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Km	Valor Total
1	LINHA CANJERANA A LAGOA FORMOSA: Fazenda Ebinha do Nego Doido - Fazenda Denis do Nego Doido - Fazenda do Elvis Abóbora - Fazenda Newton do Braz - Fazenda do João de Deus - Fazenda do Adauto - Fazenda do Wilson Fonseca - Fazenda do Devanildo - Fazenda do Mem - Fazenda Evandro do Zé Dedé - Lagoa formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 75,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 16 Tipo de veículo: Van	KM	37172,20		
2	LINHA SUMARÉ A LAGOA FORMOSA: Fazenda Celso do Mané Gonçalves - entrada da Canjerana - Fazenda do Eduardo - Ponto da Nana - Fazenda Maré Mansa - Fazenda Divino da Badia - Fazenda Paulinho do Zé Pão – Fazenda Transmilênio - Fazenda Maria do Elci - Chácara do Livin - Ponto do Bete - Ponto da Carvoeira - entrada do pesque e pague - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE.	KM	54525,80		



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Quilometragem/dia: 110,6 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus				
3	LINHA PONTAL A MONJOLINHO: Fazenda Dr. Marcos – Fazenda Marcos do Joaquim Lucas - Fazenda Eudésio - Fazenda do Antônio Calisto - entrada Fazenda do Fabim / Fazenda Antônio Cassiano - Fazenda Nelsão - Venda do Zé Caetano - Fazenda Gustavo - Monjolinho de Minas passando pelas 2 escolas. Quilometragem /dia: 69,6 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	34312,80		
4	LINHA CAPÃO DAS CANOAS A LAGOA FORMOSA: Fazenda Pedro Simão - Fazenda Nego do Vivi - Fazenda Batista do Nego - Fazenda Nenenzinho - Fazenda Dair Catarina - Fazenda Vivaldo do Criolo - Fazenda Amarildo - Ponto do Grilo - Fazenda do Ademar Abedias - Ponto do Omar - Ponto do Alaor - Fazenda Pedro Culica – Fazenda Júnio do Dão Adolfo - entrada Fazenda São Francisco - entrada da Fazenda Mirim do Zeca - Capela do Sinhá - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 90,2 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	44468,60		
5	LINHA SERALHA A LAGOA FORMOSA: Fazenda do Gilmar - Fazenda Bartinho - Fazenda Bastião do Tõe Rita - Fazenda Erasmo - Fazenda Dirceu Coronha - Fazenda Xará Magalhães - Fazenda Paulinho da Izaura - Fazenda do Zé Divino - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 65 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	32045,00		
6	LINHA JUREMA A MONJOLINHO: Fazenda do Paulo - Fazenda Didi - Fazenda Téli - venda Geraldo Linhares - Fazenda Jean - Fazenda Aécio - Fazenda Tiago - Fazenda Toenzinho do Zé Juca - entrada da Fazenda Leilo do Santarém/ - Bar do	KM	28692,60		



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Índio – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem/dia: 58,2 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus				
7	LINHA ZE DOIDÃO A MONJOLINHO: Fazenda Roberto Moreira - Fazenda Lazinho - Fazenda André - entrada Fazenda do Cezinha - Fazenda Rodrigo - Fazenda do Zé Ferreira - antigo Pesque Pague GG - entrada da Fazenda Celso Pinheiro - Fazenda Zacarias Coelho - Grupo da Cabeceira - Fazenda do Zé Adão - Fazenda do João da Nita – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 63,2 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	31108,30		
8	LINHA 3 PONTES - BAÚ DE BAIXO - MONJOLINHO: Fazenda 3 Pontes - Fazenda Zé Renato - Fazenda do Élcio - Fazenda Osni - Fazenda do Romero - Fazenda Tõe do Nelson - Fazenda Cleitinho - Fazenda Leonardo – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 60,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 15 Tipo de veículo: Kombi ou Van	KM	29777,20		
9	LINHA MATA BURROS DOS FONSECA A LAGOA FORMOSA: Fazenda do Ronaldo Eugênio - Fazenda da Evellyn - Fazenda da Lívia - Fazenda do Baixinho - Fazenda do Marmita - morro dos tomates - Fazenda do João Pitanga - Fazenda do Tote - Fazenda do Mem - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem /dia: 71,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	35200,20		
10	LINHA APARECIDO CAETANO A MONJOLINHO: entrada da Fazenda Geraldo Jovino - entrada da Fazenda Ademar Jovino - entrada da Fazenda Zé Marieta - entrada da Fazenda Zé Neném - entrada da Fazenda Gerso do Gasparzinho - Fazenda Pelé - Fazenda Adão da Folia - entrada da Fazenda Paulinho do Zé	KM	18684,70		



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Magalhães – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 37,9 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 09 Tipo de veículo: Kombi ou Van				
11	LINHA GENGIBRE A MONJOLINHO: Fazenda Marcio do Adão Pinheiro - Fazenda Leôncio Cabrito - Fazenda Sabiá - Fazenda Fabinho - Fazenda Pedro Maciel - Fazenda José Oscar - Fazenda Arnaldo Duca - Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 37,6 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	18536,80		
12	LINHA CAMPO ALEGRE A LAGOA FORMOSA: Fazenda Clênio do Valdison - entrada da Fazenda Arco Iris - entrada da Fazenda Deco - entrada da Fazenda Elcio Mãozinha - Entrada da Fazenda do Tóezinho - entrada da Fazenda Querência (Gê) - entrada da Fazenda Querência (André do Gê) - Fazenda Márcio do Vardo do Juca - Fazenda Líbio - Fazenda Capivara - entrada da Fazenda Kubu (Rodovia do Campo Alegre) - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem /dia: 72 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	35496,00		
13	LINHA MAURI VICENTINHO A MONJOLINHO: Fazenda Mauri do Vicentinho - Fazenda Rodrigo do Mauri - Fazenda Dona Josefa - Fazenda Geraldo José - Fazenda Orlanda do Gino Estevão - Fazenda da Ricardina - Fazenda Júnio do Adélio Fonseca - entrada da Fazenda Adélio Fonseca - Fazenda Fabrício do Geraldo do Zé Duca - Fazenda do Zé Duca - Fazenda Mata-burros (Geraldo José) - entrada da Fazenda Zé do Mané João - entrada da Fazenda Jader - Fazenda Ivan do Abel Fernandes - Fazenda do Gercinão - Venda do Beco – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas Quilometragem /dia: 78,4 km (considerando um dia de transporte do integral)	KM	38651,20		



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus				
--	---	--	--	--	--

Valor Total:

Validade da Proposta: / / (No mínimo em 60 dias)

Observações:

• **Somente serão aceitas propostas com no máximo 02 (duas) casas decimais, sob pena de desclassificação;**

• Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

• Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

• Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme art. 9º, § 1º da lei 14.133/21) e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

• Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal.

Data: / /

Assinatura:

Carimbo Padronizado



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

A empresa/pessoa física _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 017/2026**, vem, perante Vossas Senhorias, declarar que:

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos e cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

_____, _____, de _____, de 2026.

Representante Legal
CPF



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

Declaro para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa/pessoa física: _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, está enquadrada como _____ (Microempresa, EPP, Equiparada), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei. Outrossim, declaro, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006. E que caso haja restrição fiscal ou trabalhista nos documentos de habilitação, pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14133/2021.

_____, _____, de _____, de 2026.

Representante legal
CPF



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/2026

(Poderá ser modificado para melhor adequação ao interesse público)

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O **MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA**, ESTADO DE MINAS GERAIS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Contrato que entre si fazem o MUNICIPIO DE LAGOA FORMOSA, Estado de Minas Gerais, CNPJ 18.602.078/0001-41, situada à Praça Dona Filomena, 02 - Centro – Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Wilson Amorim, e a Empresa xxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxx, situada à xxxxxxxxxxxxxx, denominada CONTRATADA, representada por xxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº. xxx.212.xxx-88, de conformidade com a Licitação Pregão Eletrônico 0XX/2026, julgado dia xx de xxxxxxxx de 2026, mediante as seguintes cláusulas e condições;

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS E NORMAS DE EXECUÇÃO**

1.1 O presente instrumento contratual decorre da Licitação Pregão Eletrônico 0XX/2026, Processo 0XX/2026, de acordo com a Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Municipal nº 737, de 1º de abril de 2023 que regulamenta a celebração de contratos no âmbito municipal.

1.2 Os Casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto nas Leis supramencionadas e segundos os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público;

1.3 Este Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital de Licitação, a Proposta do Contratado e Anexos que compõe o presente processo licitatório, a teor do artigo 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO (art. 92, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

2.1 Constitui-se objeto deste instrumento a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme itens abaixo descritos:

Item	Objeto - Descrição	Qtd	Und	Valor Unit.	Valor Total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	X	XXXX	XXXX

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, incisos IV, VII e XVIII, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1 O Regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante do presente Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, incisos V e VI da Lei nº 14.133/2021)**

4.1. O valor global para a presente contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxxxx;

4.2. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a entrega da nota fiscal no setor competente, fazendo constar das mesmas, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação, preço unitário e preço total do(s) itens(s), devidamente atestadas pelo setor competente da Contratante. O Pagamento será realizado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa/MG, mediante transferência bancária em nome da proponente.

4.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, verbas trabalhistas, previdenciárias e comerciais incidentes.

4.4. Os critérios de medição deverão observar as estipulações constantes do Termo de Referência.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de doze meses contados da data do orçamento.



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

5.2. Após decorrido o período de dois anos, respeitada a vigência contratual, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. O cálculo será realizado imediatamente após a divulgação do índice do INPC referente aos 12 (doze) últimos meses e os pagamentos serão compensados.

5.4. Caso o índice escolhido pela Administração seja extinto ou não possa ser utilizado, será adotado o índice que vier a ser determinado como substituto na forma da legislação vigente e na ausência de previsão legal, as partes estabelecerão novo índice por intermédio de termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES (art. 92, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021)

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Cumprir fielmente o contrato de modo que o fornecimento dos serviços sejam executados nos termos e condições previstos.

6.1.2. Atender fielmente as determinações emitidas pelo gestor ou fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar os esclarecimentos por eles solicitados.

6.1.3. Responsabilizar-se por danos e vícios no objeto, na forma estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

6.1.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

6.1.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

6.1.6. Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

6.1.7. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados, à contratante ou a terceiros.

6.1.8. Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/instrumento equivalente;

6.1.9. Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega do produto seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total e parcial;

6.1.10. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

6.1.11. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos serviços contratados.

6.1.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como demais reservas de cargos previstas em legislação, durante toda a execução do contrato (art. 116, da Lei nº 14.133/2021), fornecendo a competente documentação comprobatória ao Contratante sempre que solicitado.

6.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.1.14. Arcar com eventuais ônus decorrentes de equívoco de dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o inicialmente previsto em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, excetuada a hipótese prevista no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Exigir do Contratado o cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento.

6.2.2. Receber o objeto do contrato conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.2.3. Notificar o contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções, no objeto do contrato, para que seja efetivada a substituição, reparação ou correção (no todo ou em parte), às expensas do contratado, do objeto.

6.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

6.2.5. Efetuar o pagamento conforme estabelecido no presente instrumento e no Termo de Referência.



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

6.2.6. Aplicar as sanções previstas em lei e nesse instrumento.

6.2.7. Comunicar a Assessoria Jurídica do Município, por escrito, para adoção das medidas cabíveis quando da verificação do descumprimento do presente contrato.

6.2.8. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação no prazo máximo de 30 (trinta dias) a contar do protocolo da solicitação acompanhada da documentação comprobatória.

6.2.9. Notificar aos emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.10. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento do equipamento licitado;

6.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto do presente contrato;

6.2.12. Emitir Autorização de Compras e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

6.2.13. Dar todas as condições necessárias ao bom desempenho do presente contrato;

6.2.14. É de responsabilidade da contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

7.1. O contrato vigorará até o dia xxxxxxxxxx, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 e 106, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do envio da minuta do contrato para prover sua assinatura.

7.2. Na hipótese de não conclusão do objeto no prazo acima firmado, o prazo acima ficará prorrogado na forma do art. 111, da Lei nº 14.133/2021;

7.3. Quando a não conclusão do objeto ocorrer por culpa do contratado observar-se-á o seguinte:

a – o contratado será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;

b – o poder público poderá optar pela extinção do contrato, aplicando-se as medidas previstas no art. 139, da Lei nº 14.133/2021;

7.4. Somente será admitida a prorrogação na hipótese de a administração pública verificar que as condições e os preços são mais vantajosos, permitida negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para o contratado.

7.5. A prorrogação será admitida mediante a celebração de termo aditivo.

7.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, respeitados os contornos da penalidade aplicada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (Art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Não será exigida garantia contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a - der causa à inexecução parcial do contrato;

b - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c - der causa à inexecução total do contrato;

d - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

b - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

d - Multa:

- Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- *O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- Compensatória, para as infrações descritas no subitem 10.1, no percentual de 10% do valor do contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021)

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão consideradas as disposições do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei nº 14.133/2021.

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade conforme estabelece o art. 161, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxx através de servidores XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, serão os responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a especificação de cada item licitado, na forma estabelecida no Termo de Referência, no edital, anexos, regulamentações técnicas exigidas por lei e órgão competentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas para o presente processo licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: **Fichas XXX, Fonte XXX, CO XXXX.**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724/2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO:



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

16.1. Fica vedado o oferecimento e o recebimento de benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, além das demais previsões da Lei federal nº 12.846/2013.

17. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS NORMAS REFERENTES A LGPD:

17.1. A Contratada autoriza o Contratante a realizar o tratamento dos dados pessoais, representante legal e/ou da empresa, incluindo, aquelas sensíveis, inclusive autorizando-o a compartilhar referidos dados com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para o cumprimento do presente contrato, respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação e necessidade, responsabilizando-se o contratante pela adoção das medidas de segurança.

17.2. O Contratante poderá manter e utilizar os dados pessoais do contratado e/ou de seu representante legal durante a vigência do contrato e ainda posteriormente para cumprimento de obrigações legais ou impostas por órgãos de fiscalização.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Lagoa Formosa/MG, XXXX de XXXXXX de 2026.

CONTRATANTE: Município de Lagoa Formosa
Prefeito Municipal

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: